

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

SINOPSE ESTATÍSTICA do MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Aspectos Históricos e Geográficos. Alguns Resultados Estatísticos — 1945. Principais Resultados Censitários — 1-IX-1940. Estatísticas dos Municípios das Capitais — 1944/1946

RIO DE JANEIRO
SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Pelos CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA...

O GOVÊRNO MUNICIPAL — assegura às Agências Municipais de Estatística a prestação de informes necessários ao levantamento das estatísticas locais; facilita tôdas as atividades da repartição municipal para o bom êxito de suas tarefas; garante a regular arrecadação da "quota de estatística" como contribuição do

Município para a "Caixa Nacional de Estatística Municipal".

- O GOVÊRNO ESTADUAL assegura o cumprimento dos Convênios tanto por parte da Administração Estadual, como por parte dos Governos Municipais, seus co-signatários; garante o fornecimento às Agências Municipais de Estatística dos dados que dependerem dos órgãos da Administração Estadual; institui as facilidades para que os funcionários das Repartições Municipais e da Inspetoria Regional de Estatística desempenhem, da melhor maneira, as funções que lhe competirem e as incumbências especiais que receberem; assegura a melhor harmonização possível, entre as atividades do respectivo Departamento de Estatística e as da Inspetoria Regional.
- O GOVÊRNO FEDERAL assegura tòdas as facilidades nos transportes dos funcionários de estatística quando em serviço; facilita, por todos os meios, o transporte do material necessário às tarefas estatísticas; concede franquia postal e telegráfica para o Instituto e órgãos filiados; presta assistência moral às iniciativas do I.B.G.E.; auxilia materialmente as atividades do Instituto.

O I. B. G. E.

 representando o Govêrno Federal na definição das cláusulas convencionais e funcionando como delegado dos Municípios na administração da rêde de Agências Municipais e, como órgão coordenador da estatística nas três órbitas administrativas – a federal, a estadual e a municipal, – executa o levantamento dos dados estatísticos concernentes a todos os setores de atividade pública; fornece ao Govêrno Municipal todos os elementos estatísticos de que necessite, incluídos, nesta obrigação, tanto os de ordem local como os de compreensão regional ou nacional; divulga os dados da estatística municipal; mantém um serviço público de informações sôbre os Municípios; mantém uma biblioteca especializada de divulgação estatística, bem como uma sala expositiva de elementos apropriados à divulgação estatística sôbre a vida dos Municipios; mantém um serviço de publicidade, em comunicados de imprensa, que divulga os dados estatísticos de interesse para as atividades sociais ou econômicas dos Municípios e revela as necessidades e as realizações da vida municipal; responde por todos os trabalhos e pesquizas que os órgãos incumbidos da defesa nacional requisitem; presta a assistência moral e a colaboração, que estejam a seu alcance, a todos os movimentos sociais, econômicos ou culturais, que visem servir aos interêsses coletivos ou ao progresso da comunidade municipal; promove ou auxilia as campanhas ou movimentos cívicos que se tornem necessários para cultivar os sentimentos patrióticos e estreitar os vinculos da unidade nacional; colabora em tôdas as iniciativas dos Poderes Públicos no sentido de melhorar e racionalizar a administração; organiza e mantém rigorosamente atualizados todos os informes considerados úteis às Fôrças Armadas; colige, critica e fornece as informações que solicitem os órgãos do Conselho de Segurança Nacional e os superiores orgãos militares; procede ao levantamento de inquéritos especiais, de caráter eventual ou permanente, que as Fôrças Armadas reputem úteis aos seus serviços técnicos e estatísticos.

"Faça o Brasil a Estatística que deve ter, e a Estatística fará o Brasil como deve ser".

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

SINOPSE ESTATÍSTICA do MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ESTADO DE MINAS GERAIS

Aspectos Históricos e Geográficos.

Alguns Resultados Estatísticos — 1945.

Principais Resultados Censitários — I-IX-1940.

Estatísticas dos Municípios das Capitais — 1944/1946.

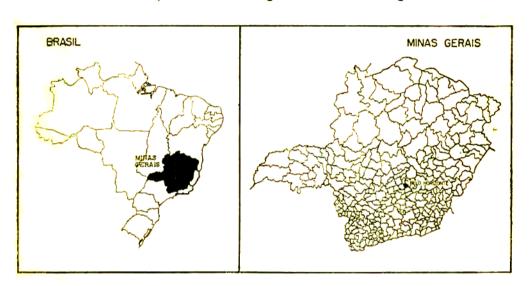
RIO DE JANEIRO

SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

ESTADO DE MINAS GERAIS

ÁREA, POPULAÇÃO e POSIÇÃO



ÁREA

(calculada para 31-XII-1945)

 do Município
 194 km²

 do Estado
 581 975 km²

 % sôbre o total do Estado:
 0,03

POPULAÇÃO

(estimada para 31-XII-1945)

do Município 272 910 hab. do Estado 7 544 247 hab. % sôbre o total do Estado: 3.62

POSIÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO

Latitude: S. 19°55'57",0 Longitude: W.Gr. 43°56'32",0

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VI
I PARTE	
ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS	
Evolução Social Evolução Política Distrito Componente Descrição do Território	3 5 7
II PARTE	
ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945	
Produção Transportes Agências do Departamento dos Correios e Telégrafos Melhoramentos Urbanos das Sedes Municipais Assistência Médico-Sanitária Ensino Primário Fundamental Comum Bibliotecas, Periódicos e Diversões Representações de Estabelecimentos de Crédito Finanças Municipais	13 13 14 14 14 14 14 15
III PARTE	
PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — 1-IX-1940	
Censo Demográfico	19 21
IV PARTE	
Estatísticas dos Municípios das Capitais — 1944/1946	25

APRESENTAÇÃO

É com justa satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta ao público as Sinopses Estatísticas dos Municípios Brasileiros.

A iniciativa reveste-se, sem dúvida, de especial significação. É que se inicia, por êsse modo, o lançamento periódico de uma série de publicações que, destinadas às comunas brasileiras, atendem a compromissos estabelecidos nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

O plano de que se trata abrangerá, em princípio, um conjunto de 1669 Sinopses ¹, organizadas de maneira sistemática, a fim de facilitar a comparabilidade dos respectivos números. E' trabalho de vulto, que deve ser visto como síntese do esfôrço empreendido com objetivos comuns por todos os órgãos componentes do Sistema Estatístico Nacional. Oferecendo a cada Município a sua Sinopse Estatística, o I.B.G.E. visa a contribuir para o esclarecimento das realidades locais e a colocar essas realidades sob os olhos de quantos se interessam pelos problemas peculiares da vida nacional.

Empreendimento de largas proporções, ressente-se, nesta primeira experiência, de lacunas inevitáveis e tàcilmente compreensíveis, dadas as condições especiais sob as quais se processa o trabalho do desdobramento e da apresentação de dados por Município. Por isso mesmo, a Secretaria-Geral do I.B.G.E. receberia com vivo regozijo quaisquer sugestões sôbre a presente Sinopse, bem como críticas e informações suplementares, à vista das quais será possível o enriquecimento do elenco numérico ora apresentado.

De acôrdo com o plano estabelecido, cada Sinopse Municipal é dividida em três partes.

A primeira, de extensão variável, reúne dados e aspectos históricos e geográficos do Município. Constitui uma tentativa no sentido de agrupar, com adequada sistematização, elementos até hoje esparsos em diferentes documentos, publicações, monografias, artigos de jornal, etc. Em relação a alguns Municípios, ocorrem, na compilação executada, divergências de opinião entre autores consultados. Sempre que isso se verificou, foi adotado o critério do registro das várias versões, deixando-se para exame posterior o necessário esclarecimento da matéria. Para o preenchimento completo dessa parte, nas próximas edições

Conforme a Divisão Territorial vigente em 1945.

das Sinopses Estatísticas dos Municípios, será acolhida com o maior interêsse, por parte do I.B.G.E., tôda e qualquer cooperação, especialmente a dos historiadores e geógrafos, a fim de que possamos apresentar de futuro, sem receio de controvérsia, o esbôço histórico e o panorama geográfico de cada uma dessas unidades municipais.

A segunda parte apresenta resultados estatísticos referentes a vários assuntos, todos correspondentes a 1945, em comparação percentual com os do total da respectiva Unidade da Federação.

A terceira e última parte, finalmente, reproduz, para os Municípios existentes em 1940, resultados inéditos dos censos demográfico e agrícola, realizados em 1.º de setembro daquele ano, com várias discriminações que bem caracterizam cada assunto.

Das Sinopses dos Municípios das Capitais consta uma outra parte, especial, em que tiguram dados periòdicamente divulgados no "Boletim Estatístico", editado pelo I.B.G.E., sob o título "Estatísticas dos Municípios das Capitais". Os elementos nela apresentados abrangem o triênio 1944/1946.

Entregando ao público as Sinopses Estatísticas Municipais, o I.B.G.E. acredita estar iniciando uma fase de atividades destinada a prestar ao país, em geral, e aos Municípios, em particular, um serviço de apreciável alcance cultural, dentro da esfera de suas atribuições.

CONVENÇÕES

- % Os números percentuais que figuram neste volume referem-se à relação entre os resultados do Município e os do Estado.
- O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno não existe.
- O fenômeno não existe.
- 0 0,0 0,00 O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena, que não atinge a unidade adotada no quadro.

I Parte Aspectos Históricos e Geográficos

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

EVOLUÇÃO SOCIAL

POR ABÍLIO BARRETO

A localidade em que está situada a nova Capital de Minas começou a ser povoada em 1701 pelo bandeirante paulista João Leite da Silva Ortiz, com a sua Fazenda do Cercado, em cujas terras nasceu o arraial de Curral d'El-Rei, que, em 1890, passou a denominar-se Belo Horizonte e sendo distrito de Sabará.

O nome de Curral d'El-Rei começou a aparecer em documentos oficiais em 1707, quando o arraial se formava nas proximidades do local em que depois se construiu uma capela, mais tarde convertida na Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Ortiz aí estêve até 1721, aproximadamente, quando, já muito rico, atraído por parentes, foi, com êstes, descobrir minas de ouro em Goiás. Mais tarde, em viagem para Portugal, veio a falecer em Recife, no Estado de Pernambuco.

O arraial cresceu. A freguesia desdobrou-se em muitos curatos, chegou a contar 18 000 almas, estendendo-se até o Paraopeba e até Sete Lagoas. Depois caiu, os seus curatos se foram desmembrando, até ficar reduzida ao arraial, com 2 500 habitantes.

A sua beleza topográfica, a doçura e amenidade de seu clima, a salubridade de seu solo e a sua abundância em materiais para construção, com que o dotara a natureza, um dia, em 1829, inspiraram a um dos seus vigários, o Padre Francisco de Paula Arantes, a enviar à Cúria Mariana, em relatório, êste notável vaticínio, mais tarde perfeitamente realizado:

"A Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem de Curral d'El Rey está situada em campos amenos na extensa planicie de hua serra, donde manão imensas fontes de cristalinas e saborosas aguas; o clima da região he temperado; a atmosphera he salutifera; está circulada de pedras e mais materiaes de que se podem fazer soberbos edificios; a natureza creou este logar para hua formosa e linda cidade, si algum dia for auxiliada esta lembrança."

A antiga Capital de Minas era Ouro Prêto, cidade nascida por influência da grande mineração de ouro que se fazia desde os seus primeiros dias, região entre serras, inadequada para o desenvolvimento de uma grande e moderna cidade digna de ser a sede do Govêrno de Minas.

No período colonial e no provincial cogitou-se da mudança, mas a idéia não logrou ir avante.

Proclamada a primeira República, o assunto voltou à tona vigorosamente e, depois de uma luta titânica, foram pelo Congresso indicadas cinco localidades — Juiz de Fora, Barbacena, Paraúna, Várzea do Marçal e Belo Horizonte — para de entre estas ser escolhida a que reunisse tôdas as condições necessárias para a nova metrópole de Minas.

Uma comissão de técnicos, sob a direção do distinto engenheiro maranhense Dr. Aarão Reis, foi nomeada pelo Presidente Conselheiro Afonso Pena e efetuou estudos completos dos cinco lugares e, no relatório apresentado ao Govêrno, julgando igualmente em boas condições as localidades denominadas Belo Horizonte e Várzea do Marçal, concluiu por preferir esta.

Reunido o Congresso em Barbacena por estar ameaçado em Ouro Prêto, a 17 de dezembro de 1893, pela Lei n.º 3, adicional à Constituição, depois de uma tremenda luta parlamentar, foi afinal escolhido o local em que existia o arraial de Belo Horizonte, antigo Curral d'El-Rey.

A 1.º de março de 1894 o Dr. Aarão, nomeado anteriormente Chefe da Comissão Construtora, organizou-a, instalou-a e dirigiu-a até maio de 1895, quando se exonerou, sendo então substituído pelo grande engenheiro mineiro Dr. Francisco de Paula Bicalho.

Este, ao assumir a chefia, a 22 de maio de 1895, encontrou o arraial desapropriado, os estudos da nova cidade feitos, iniciada a construção de um ramal férreo que se deveria ligar à Central do Brasil em Arrudas, depois de General Carneiro.

O prazo constitucional para a mudança da Capital era de 4 anos, a partir de 17 de dezembro de 1893, e o engenheiro Bicalho, remodelando a Comissão Construtora, construindo aquêle ramal férreo e outro interno que media o dôbro do primeiro, dotando-os do material fixo e rodante, promovendo enfim a aquisição de todo o material necessário, aqui no Estado, em outros Estados e em países estrangeiros, atacou vigorosamente os trabalhos e não a 17, mas a 12 de dezembro de 1897, eram pelo Presidente Dr. Crispim Jacques Bias Fortes inaugurada a nova Capital de Minas, com grande solenidade, na Praça da Liberdade.

Extinta a Comissão Construtora e criada a Prefeitura, esta se instalou a 3 de janeiro de 1898, tendo sido nomeado seu primeiro Prefeito, o Dr. Adalberto Dias Ferraz da Luz, no velho sobrado em que funcionara o Escritório Central daquela Comissão.

A cidade inicial que havia custado ao Estado 36.000:000\$000 (trinta e seis milhões de cruzeiros na moeda atual), contava 10 000 habitantes e possuía apenas 500 casas novas, estando ainda habitadas muitas casas velhas remanescentes do arraial e milhares de cafuas e barracões provisórios.

A Capital denominava-se então Minas, em virtude da Lei n.º 3, adicional à Constituição, mas a comarca criada em 1897 chamava-se Belo Horizonte.

Em 1901 o Congresso adotou o nome de Belo Horizonte também para a cidade.

Até o presente, governaram a nova Capital 28 Prefeitos de nomeação governamental do Estado e o primeiro eleito pelo povo, que é o Dr. Octacílio Negrão de Lima, empossado a 12 de dezembro de 1947, data em que a cidade completava 50 anos de existência. Este, que continua sendo o mais empreendedor e dinâmico de nossos administradores, havia governado os destinos da cidade no período de 1935 a 1938, com a mesma eficiência atual.

Nos seus primeiros 22 anos a Capital vegetou, estêve a braços com duas crises financeiras tremendas, pelo que teve evolução muita lenta. Mas, a partir de 1922, quando Prefeito o Dr. Flávio Fernandes dos Santos, ativou-se o seu progresso, tornando-se vertiginoso e ininterrupto de 1935 em diante.

As causas determinantes dessa evolução magnífica, que tem ultrapassado as mais otimistas previsões, temo-las, em primeiro lugar, na excelência do clima e na beleza topográfica da localidade, que atraem irresistivelmente a quantos visitam a cidade; temo-las depois na ação fecunda de seus administradores; temo-las ainda em conseqüência do desenvolvimento dos serviços bancários, que impulsionou o comércio e a indústria e temo-las, finalmente, nas ligações ferroviárias, rodoviárias e aéreas para todo o Estado e para todos os Estados da Federação, estimulando as iniciativas particulares.

Presentemente Belo Horizonte possui o mais importante comércio e o maior parque industrial do Estado, sendo sede de uma Universidade e de um Arcebispado; desdobra-se em bairros aprimorados, magníficos por todos os lados; está engalanada de numerosos arranha-céus, que lhe dão excepcional majestade; tem serviços satisfatórios de transportes e meios de comunicação, internamente com os Estados e com os países estrangeiros; possui vasto e aprimorado serviço hospitalar e numerosas outras instituições de assistência; tem escolas para tôdas as idades, para todos os ramos culturais em número impressionante; é, enfim, uma cidade modelar, de clima paradisíaco, que deslumbra os seus visitantes, envaidece justamente os horizontinos, honra e orgulha o povo mineiro e engrandece o Brasil.

EVOLUÇÃO POLÍTICA

Formação Administrativa: — O distrito, criado sob a denominação de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral d'El Rei, por Ordem Régia de 1750, passou a chamar-se Belo Horizonte, a 12 de abril de 1890, em face do Decreto n.º 36, dessa data. A sua criação foi confirmada pela Lei estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891.

Pelo disposto na Lei estadual n.º 3, de 17 de dezembro de 1893, ficou decidida a criação do Município denominado "Cidade de Minas" cuja sede, a ser erguida no arraial de Belo Horizonte, recebeu logo a categoria de cidade

e capital do Estado. O território da nova comuna desmembrou-se da de Sabará, por efeito dos Decretos estaduais ns. 716, de 5 de junho de 1894, e 776, de 30 de agôsto dêsse ano.

A instalação da "Cidade de Minas", na categoria de capital, verificou-se a 12 de dezembro de 1897 em razão do Decreto estadual n.º 1085, dessa data. Em cumprimento ao Decreto estadual n.º 302, de 1.º de julho de 1901, seu topônimo foi mudado para Belo Horizonte.

Consoante a "Divisão Administrativa, em 1911", e os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1-IX-1920, o Município de Belo Horizonte constitui-se de apenas um distrito, — o da sede.

Em virtude da Lei estadual n.º 843, de 7 de setembro de 1923, o Município em aprêço passou a abranger mais um distrito, o de Venda Nova, criado com território desmembrado dos distritos-sedes dos Municípios de Santa Luzia do Rio das Velhas e Belo Horizonte. Este, consequentemente, na divisão administrativa do Estado, fixada por essa lei, aparece subdividido em 2 distritos: Belo Horizonte e Venda Nova, o que também se observa no quadro de divisão administrativa relativo a 1933, contido no "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio".

De acôrdo com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o Município de que se trata compõe-se de 4 distritos: Belo Horizonte 1.º, Belo Horizonte 2.º, Belo Horizonte 3.º e Venda Nova. Já no anexo ao Decreto-lei estadual n.º 88, de 30 de março de 1938, é êle formado apenas por 2 distritos: Belo Horizonte (com 3 zonas: 1.ª, 2.ª e 3.ª) e Venda Nova.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, que estatuiu a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, a vigorar no quinquênio 1939-1943, o Município de Belo Horizonte perdeu, para o de Santa Luzia, o distrito de Venda Nova, e, para o de Sabará, parte do território de seu distrito-sede, com a qual se criou o novo distrito de Marzagão. Compreende, assim, nessa divisão, um só distrito: o de Belo Horizonte, dividido em 4 zonas: 1.ª, 2.ª 3.ª e Barreiro (4.ª).

Segundo a divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, vigente no qüinqüênio 1944-1948, e estabelecida pelo Decreto-lei estadual n.º 1058, de 31 de dezembro de 1943, Belo Horizonte permanece composto por sòmente o distrito-sede, que abrange, por outro lado, 4 subdistritos: 1.º, 2.º, 3.º e 4.º. Nota-se que o distrito único dêsse Município sofreu, em razão do mencionado Decreto-lei n.º 1058, novo desmembramento, tendo cedido parte do território ao distrito de Contagem, do Município de Betim.

Formação Judiciária: — A comarca, com o nome de Belo Horizonte, foi criada pela Lei estadual n.º 223, de 15 de novembro de 1897, instalando-se a 21 de março do ano seguinte.

De conformidade com os quadros de divisão territorial datados de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o anexo ao Decreto-lei estadual n.º 88, de 30 de março de 1938, a referida comarca é integrada por 2 têrmos: o da sede, com os Municípios de Belo Horizonte e Contagem, e o de Santa Quitéria.

Por efeito do Decreto-lei estadual n.º 148, de 17 de dezembro de 1938, a comarca de Belo Horizonte perdeu para a de Betim, recém-criada, o têrmo de Santa Quitéria. Seu têrmo-sede ficou integrado, ainda em vista dêsse Decreto-lei, por um só Município, o de Belo Horizonte, em virtude da extinção do de Contagem. Assim, na divisão judiciário-administrativa do Estado, fixada pelo citado Decreto-lei n.º 148, como também na que o Decreto-lei estadual n.º 1058, de 31 de dezembro de 1943, estabeleceu para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o Município de Belo Horizonte compreende o têrmo judiciário único da comarca de idêntico topônimo.

DISTRITO COMPONENTE

1 — Belo Horizonte.

DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

Limites: - Oeste) Com o Município de Betim:

Começa na serra do Curral, no ponto que se denomina serra da Piedade, no entroncamento com a serra do Jatobá, junto à Vargem da Caveira: segue pela cumiada da serra do Jatobá e, depois, pelo espigão divisor dos ribeirões Arrudas e Sarzedo, passando pelo túnel do Jatobá, até o alto junto à Lagoa Sêca; daí continua pelo divisor de águas do ribeirão do Jatobá e córrego do Ferrugem, passando pelos morros Vermelho e Grande, até o ponto fronteiro à cabeceira do afluente do ribeirão Arrudas, que passa próximo à bifurcação das rodovias Belo Horizonte-Betim e Belo Horizonte-Brumadinho; desce pelo referido afluente até sua foz, no ribeirão Arrudas, desce por êste ribeirão até a foz do córrego do Ferrugem; sobe por êste córrego até a foz do córrego Água Branca; sobe por êste córrego até a grota do Desbarrancado, acima da confluência do córrego dos Carneiros; sobe por êste desbarrancado e pelo espigão entre os córregos dos Carneiros e do Sebastião até o alto fronteiro ao córrego dos Taiobas; continua por espigões, contorna as cabeceiras do córrego dos Coqueiros e continua pelo alto de João Gomes, divisor de águas dos córregos Ressaca e João Gomes, até defrontar a cabeceira do córrego Luzia; continua pelo divisor da vertente da margem direita do córrego da Luzia até atingir êste córrego, na confluência de seu afluente da margem esquerda, que vem da Barroca, junto ao Açude dos Campos; desce pelo córrego da Luzia até sua foz, no ribeirão do Cabral; atravessa êste ribeirão, sobe o espigão fronteiro e continua pelos contrafortes do morro do Confisco até o ponto fronteiro à cabeceira do córrego que passa no Sítio Tenente Castorino; desce por êste córrego até sua foz, no córrego Muniz ou Braúmas; atravessa êsse córrego, sobe o espigão fronteiro e continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego da Água Funda ou Gangorra, até o alto da Mamoneira; continua pelo Alto do Siqueira, divisor das águas dos ribeirões Areia e Pampulha, até o ponto fronteiro à cabeceira do córrego que passa no Moinho de José Alfredo.

Norte) Com o Município de Santa Luzia:

Começa no Alto do Siqueira, divisor de águas dos ribeirões Pampulha e Areias, no ponto fronteiro à cabeceira do córrego que passa no Moinho de José Alfredo; continua pelo divisor da vertente da margem esquerda do córrego Olhos Dágua ou Paracatu e, depois, pelo divisor da vertente da margem esquerda do ribeirão Bitácula ou Pampulha, até o ponto fronteiro à ponte da Pampulha, na rodovia Belo Horizonte-Venda Nova; alcança o ribeirão da Pampulha nessa ponte e desce por êle até a foz de seu afluente da margem direita, junto à ponte da rodovia entre Matadouro e Onça; sobe por êste córrego até sua cabeceira e, daí, pelos espigões, contornando as cabeceiras do córrego do Barreiro, até o alto próximo do Portão de Pedras.

Leste) Com o Município de Sabará:

Começa no alto próximo do Portão de Pedras, fronteiro às cabeceiras do córrego do Barreiro; continua por espigões, contornando as cabeceiras do córrego Malheiro, até alcançar as cabeceiras do córrego que passa no Cachorro Magro; desce por êste córrego até sua foz, no ribeirão Arruda; desce por êste ribeirão até a foz do córrego Olaria; sobe por êste córrego até sua nascente, próximo ao quilômetro onze da rodovia de Belo Horizonte a Sabará e Nova Lima; dêste ponto, alcança a cumiada da serra do Curral, no trecho em que se denomina serra Taquaril; segue pela cumiada desta serra até o pontão do marco "CT".

Sul) Com o Município de Nova Lima:

Começa na Serra do Curral, no trecho denominado serra do Taquaril, no pontão do Marco "CT"; segue pela cumiada da serra do Curral, passando pelos trechos denominados Taquaril, Pico, Serra, Ponta Rabelo, Água Quente, Mutuca, José Vieira e Varginha, êste último ponto no entroncamento com a serra da Moeda.

Com o Município de Brumadinho:

Começa na extremidade norte da serra da Moeda no ponto denominado Varginha (ponto de entroncamento com a serra do Curral), em frente às cabeceiras dos ribeirões Mutura e Barreiro; segue pelo espigão da serra do Curral, na distância apenas de mil e duzentos metros, até o ponto em que se denomina serra da Piedade, entroncamento com a serra do Jatobá, junto à Vargem da Caveira.

Localizado em vasto planalto, o Município de Belo Horizonte apresenta aspecto geralmente acidentado, dada a diversidade de altitudes que se notam em seu território, as quais vão de 650 a 1390 ms. No perímetro urbano, podem ser observadas, na Praça Rui Barbosa e na da Liberdade, as altitudes de 836 e 895 ms, respectivamente; na zona suburbana, com 895, 880 e 1195 ms, encontram-se os morros da Lagoinha, da Carapuça e da Mangabeira. Já na

zona rural, nas proximidades da suburbana, sobressaem, entre outros: ao norte, os morros do Pastinho, Viação e Menezes; a leste, o do Cardoso; e a oeste, o das Pedras e o do Cercadinho. As serras de Belo Horizonte constituem ramificações da cordilheira do Espinhaço e fazem parte do grupo da serra de Itacolomi. Contornando o Município, na direção oeste e sudoeste, vemos as serras de Jatobá e do José Vieira, e, inclinando-se para o nordeste, as da Mutuca, Taquaril e Curral, que também delimitam o território municipal. O ponto culminante do Município situa-se ao sul, na referida serra do Curral, que atinge a 1390 ms.

O solo municipal não conta reservas florestais, e o seu revestimento florístico consiste apenas em matas e capoeirões.

A circunstância de nunca se haverem registrado surtos epidêmicos em Belo Horizonte, e, sobretudo, o fato de ser essa capital procurada por habitantes de outras cidades, às vêzes longínquas, que para lá vão em busca de um coadjuvante no tratamento de males que os afligem, atestam sobejamente a excelência de seu clima, que é sêco, saudável e temperado.

A rêde hidrográfica de Belo Horizonte, numerosos cursos d'água a constituem, os quais, de modo geral, correm de sudoeste para nordeste. Merecem, entretanto, citação especial o ribeirão Arrudas e o Pampulha.

O primeiro, cujas nascentes se localizam nas proximidades da serra de Jatobá, tem, a princípio, êste nome; depois, o de Arrudas, correndo em direção sudoeste-nordeste, até desembocar no histórico rio das Velhas. Avolumam-lhe as águas, pela margem direita, os córregos Barreiro, Bonsucesso, Cercadinho, Chácara, Pinto, Leitão, Acaba Mundo, Mangabeiras, Cardoso, Tombador e Taquaril, e, pela esquerda, os córregos de Ferrugem, Tijuco e outros menores.

O segundo, que nasce no Município de Contagem com o nome de Pampulha, penetra em Belo Horizonte a noroeste e toma o rumo nordeste. São seus tributários pela margem direita o córrego da Ressaca, formado pelos de Cabral e da Serra, e o de Mergulhão, além do de Cachoeira, a partir do qual o córrego da Pampulha passa a chamar-se da Onça, nome com que prossegue até desaguar no citado rio das Velhas. À direita, são seus afluentes os córregos da Gangorra e do Casemiro, e o ribeirão do Isidoro.

O solo municipal não possui riquezas minerais de positiva significação econômica, pois dos minérios de ferro, argila, calcários e manganês, além dos minerais de uso comum (areia para construção, ocres e caulim), apenas se conhecem alguns depósitos de proporções relativamente pequenas.

São parcos os recursos do Município, no que diz respeito ao reino vegetal, o que se explica pela ausência de reservas florestais. Entretanto, em suas pequenas matas e capoeirões, vingam com alguma abundância piteira e palmeira macaúbas, que fornecem, respectivamente, fibras e produtos oleaginosos.

O mesmo poderá dizer-se relativamente à fauna, pois também lhe é insignificante a importância econômica.

BIBLIOGRAFIA

- Divisão Administrativa, em 1911, da República dos Estados Unidos do Brasil —
 Diretoria do Serviço de Estatística (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio)
 Rio 1913.
- A Nova Divisão Administrativa de Minas Gerais (Estudo Estatístico da Lei estadual n.º 843, de 7 de setembro de 1923) — Serviço de Estatística Geral — Imprensa Oficial — 1924.
- Diretoria Geral de Estatística (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio)
 Recenseamento Geral realizado em 1-IX-1920 Volume IV (1.ª Parte) 1926.
- Anuário Estatístico Ano I 1921 Volume IV (Situação Social, Administrativa e Política) Tomo II Secretaria da Agricultura Serviço de Estatística Geral Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte Imprensa Oficial 1926.
 - 5) Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, n.º 11 julho 1935.
- Sinopse Estatística do Estado, n.º 2 (Minas Gerais) (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, 1937) — 1938.
- Sinopse Estatística do Estado, n.º 3 (Minas Gerais) (Separata do Anuário Estatístico do Brasil, 1938) — 1940.
- 8) Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil (1939-1943) Serviço Gráfico do I.B.G.E. Rio de Janeiro, D.F. 1942.
- Divisão Territorial do Brasil (1944-1948) Serviço Gráfico do I.B.G.E. —
 Rio de Janeiro, D.F. 1945.

- 0

10) Documentação Municipal do C.N.E. do I.B.G.E.

II Parte Alguns Resultados Estatísticos

1945

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	t	ADOS NUMÉRI	cos
	Município	Estado	%
PRODUÇÃ	(O (1)		
PRODUÇÃO A	AGBICOLA		
Culturas terr	porárias		
Ārez cultivada (ha). Valor da produção (Cr\$)	(2) 3 148 700	2 026 404 2 426 712 178	0,03 0,13
Culturas per	manentes		
Área cultivada (ha)	(3) 390 000		
PRODUÇÃO D	E CARNE		
Número de cabe	ças abatidas		
Bovinos Suínos Ovinos Caprinos	47 297 37 721 1 042 969	789 994 17 315	4,77 6,02
Quantidade de carne	produzida (kg)		
Bovinos Suínos Ovinos Caprinos	9 315 740 757 293 12 504 9 690	25 791 514 207 780	2,94 6,02
Valor de carne pr	oduzida (Cr\$)		
Bovinos Suínos Ovinos Caprinos	37 264 163 6 015 329 41 263 31 977	162 440 646 713 191	3,70 5,79
TRANSPO	RTES		
TRANSPORTE I	RODOVIABIO		
Veículos a motor. Veículos a fôrça animada.	4 672 3 037		
TRANSPORTE FEI	ROVIARIO (1)	
Estações Paradas Postos telegráficos Estribos	- - 2	113 35	

⁽¹⁾ Consideradas comente as produções apuradas pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. —
(2) Principalmente: Mandioca (Cr\$ 920 000); Cebola (Cr\$ 525 000); Tomate (Cr\$ 430 000); Alho (Cr\$ 441 000). — (3) Principalmente: Banana (Cr\$ 192 000); Laranja (Cr\$ 120 000). — (4) Servido pela Rêde Mineira de Viação e Estrada de Ferro Central do Brasil.

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

	DA	DOS NUMÉRICOS	
ESPECIFICAÇÃO	Município	Estado	%
AGÊNCIAS DO DEPARTAMENTO I	OOS CORREIOS	e telégrafos	
Agências postais Agências postais-telegráficas Outras agências	15 2 1	675 1 79 105	2,22 1,12 0,95
MELHORAMENTOS URBANOS	DAS SEDES I	MUNICIPAIS	
Logradouros públicos.	1 237	12 866	9,61
Dos quais, iluminados a eletricidade	1 121	9 856	11,37
Iluminação domiciliária a eletricidade (ligações domiciliares)	32 071 25 618	183 929 132 687 78 068	17,44 19,31 22,42
ASSISTÊNCIA MÊDI	CO-SANITÁRIA	(1)	
Hospitais, casas de saúde, etc.	ı	1	
Estabelecimentos. Leitos.		276 20 106	9,78 21,35
Centros, postos de saúde, etc. (estabelecimentos)	32	145	22,07
ENSINO PRIMÁRIO FU	NDAMENTAL C	OMUM	
Unidades escolares. Corpo docente Matrícula geral. Matrícula efetiva. Freqüência. Aprovações em geral. Conclusões de curso.	1 200 29 836 25 093 22 967 16 696	5 530 13 171 502 889 430 705 349 428 231 534 41 013	1,54 9,11 5,93 5,83 6,87 7,21 7,74
BIBLIOTECAS, PERIÓD	DICOS E DIVER	RSÕES	
Bibliotecas públicas e semipúblicas. Jornais e outros periódicos. Cinemas, teatros e cine-teatros.	32	452 221 333	12,17 14,48 8,71

⁽¹⁾ O quadro registra dados provisórios relativos a estabelecimentos civis e militares.

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO		DA	DOS N	UMÉRICOS	
	Munic	lpio	Est	ado	%
REPRESENTAÇÕES DE ESTABELE	CIMENT	os de	CRÉD	OITO (1)	
Banco do Brasil Caixa Econômica Federal Caixa Econômica Estadual		1 1 1		39 12 281	2,56 0,08 0,36
FINANÇAS MUN	ICIPAIS	(Cr\$)			
BECEITA ORÇAI	A PARA	1945			
ORDINĀRIA, TOTAL. Tributária, total		147 000 153 000		020 166 755 091	25,28 23,80
Total	22 7	135 000	91	604 125	24,82
Impostos { Predial Indústrias e profissões Outros	5 2	500 000 200 000 335 000	40	474 437 849 687 280 001	40,60 12,73 31,09
Taxas	6 7	718 000	32	150 966	20,90
Patrimonial Industrial Receitas diversas EXTRAORDINÁRIA	5 8 1 6	520 000 354 000 520 000 910 800	20 6	508 480 773 687 982 908 857 180	55,89 28,18 23,20 51,67
TOTAL DA RECEITA	54 3	357 800	184	877 346	29,40
DESPESA FIXAI	A PARA	1945		(
Administração geral Exação e fiscalização financeira. Segurança pública e assistência social Educação pública. Saúde pública. Fomento. Serviços industriais. Divida pública. Serviços de utilidade pública. Encargos diversos.	2 8 8 4 2 8 20 5	974 638 563 099 120 000 888 244 472 628 - 899 130 505 943 951 697 982 421	8 2 13 1 15 30 69	742 348 168 032 618 414 006 865 892 636 236 218 696 526 071 393 590 679 854 236	20,95 31,38 4,58 6,83 24,97 — 18,47 68,19 25,80 20,06
TOTAL DA DESPESA	54 3	357 800	184	877 346	29,4

FONTES - Sistema Regional e Órgãos Federais de Estatística.

⁽¹⁾ Os dados referem-se apenas às representações do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas Federais e Estaduais. As demais instituições bancárias não foram motivo de inquérito para esta Sinopee.

III Parte Principais Resultados Censitários 1-IX-1940

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — 1-IX-1940

A população da sede municipal representa 83,74% da população total do Município. A densidade demográfica do Município foi calculada em 952,15 habitantes por km².

I - CENSO DEMOGRÁFICO

1. População por distritos

DIVISÃO DISTRITAL	POPULAÇÃO DE FATO		
		Segundo a localização	
	Total	Urbana e suburbana	Rural
1. Belo Horizonte.	211 377	177 004	34 373

2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS Modalidades	POPU	LAÇÃO DE FATI)
	Município	Estado	%
TOTAL	211 377	6 736 416	3,14
Localização			
Urbana e suburbana	177 004	1 693 040	10,45
Rural	34 373	5 043 376	0,68
Sexo			
Homens	101 012	3 363 958	3,00
Mulheres	110 365	3 372 458	3,27
Idade	1		
De 0 a 6 anos	34 987	1 494 049	2,34
De 7 a 14 anos	38 088	1 488 172	2,56
De 15 a 19 anos	24 635	738 796	3,33
De 20 a 59 anos	106 025	2 761 506	3,84
De 60 e mais anos	7 488	250 287	2,99
Do idade ignorada	154	3 606	4,27
Estado conjugal			
Solteiros	136 463	4 364 054	3,13
Casados.	62 637	2 075 715	3,02
Separados, desquitados, divorciados	529	6 513	8,12
Viúvos	11 652	286 331	4,07
De estado conjugal não declarado	96	3 803	2,52

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — 1-IX-1940

I — CENSO DEMOGRÁFICO

2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPU	LAÇÃO DE FAT	0
	Município	Estado	%
Nacionalidade			
Brasileiros natos	204 346	6 690 494	3,0
Brasileiros naturalizados	1 083	10 553	10,2
Estrangeiros.	5 920	34 993	16,9
De nacionalidade não declarada	28	376	7,4
Instrução (1)			
Sabem ler e escrever	140 648	1 868 515	7,5
Não sabem ler nem escrever	41 384	3 758 878	1,1
De instrução não declarada	4 177	29 333	14,
Religião			
Católicos romanos	193 690	6 572 947	2,
De outras religiões	15 929	151 275	10,
Sem religião	912	5 061	18,
De religião não declarada	846	7 133	11,
Atividades principais (2)			
Agricultura, pecuária, silvicultura	2 659	1 651 949	0,
Indústrias extrativas	531	47 106	1,
Indústrias de transformação	17 258	137 929	12,
Comércio de mercadorias	10 914	78 796	13,
Comércio do imóveis e valores mobiliários, cré- dito, seguros e capitalização	1 545	5 446	28,
Transportes e comunicações	5 592	54 917	10,
Administração pública, justiça, ensino público	9 325	36 959	25,
Defesa nacional, segurança pública	5 404	16 590	32,
Profissões liberais, culto, ensino particular, admi-			,
nistração privada	2 587	15 914	16,
Serviços, atividades sociais	12 788	103 940	12,
Atividades domésticas, atividades escolares	74 075	1 969 350	3,
Condições inativas, atividades não compreendidas			
nos demais ramos, condições ou atividades			
mal definidas ou não declaradas	19 556	535 525	3,

FONTE - Serviço Nacional de Recenseamento.

⁽¹⁾ População de 5 anos e mais. - (2) População de 10 anos e mais.

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — 1-IX-1940 II — CENSO AGRÍCOLA

ESPECIFICAÇÃO	1	RESULTADOS	
	Município	Estado	%
abelecimentos recenseados			
Número	188	284 685	0,
Ārea (ha)			
Total	10 424	33 475 881	0,
Cultivada	1 245	2 836 598	0
Em matas.	1 396	3 721 479	0
Em pastagens	4 947	18 735 520	0
Outras (1)	2 836	8 182 284	0
Valor total (Cr\$ 1 000) (2)	26 477	7 081 999	0
Pessoal ocupado (permanente)	1 330	1 974 070	0
Valor da produção em 1939 (Cr\$ 1 000)			
Agrícola	959	742 214	0
Extrativa	80	47 824	0
Animal e produtos animais	353	470 317	0
Total	1 392	1 260 255	0
Gado recenseado (cabeças)			
Bovino	1 874	7 768 245	0
Equino	183	801 018	0
Asinino e muar	280	241 135	0
Suíno.	920	2 563 142	0
Ovino	12	163 331	0
Caprino	13	120 696	0
Aves	6 932	11 601 374	0

FONTE - Serviço Nacional de Reconseamento.

⁽¹⁾ Referem-se a terras improdutivas e a terras inaproveitadas. — (2) Inclusive benfeitorias.

IV Parte Estatísticas dos Municípios das Capitais 1944/1946

ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS — 1944/1946

ESPECIFICAÇÃO		ANOS	
	1944	1945	1946
Preços médios de alguns gêneros alimentícios no comércio varejista (Cr\$)			
Açúcar (kg)	2,60	3,00	3,33
Arroz (kg)	2,99	3,59	3,83
Banha (kg)	10,08	10,70	14,09
Batata (kg)	2,43	2,70	3,71
Café em pó (kg)	4,99	6,23	8,00
Carne verde (kg)	4,30	5,94	6,02
Charque (kg)	11,91	12,13	12,82
Farinha de mandioca (kg)	1,92	1,69	2,13
Farinha de Trigo (kg)	2,64	3,90	9,79
Feijão (kg)	2,22	1,97	1,82
Leite (I)	1,24	1,33	1,77
Manteiga (kg)	16,63	22,33	25,00
Milho (kg)	1,31	1,23	1,27
Ovos (dz)	5,40	6,33	7,76
Pão (kg)	2,52	2,77	4,45
Sal (kg)	2,56	1,39	2,49
Toucinho (kg)	8,36	10,18	12,29
Consumo total de energia elétrica — público e particular (1 000 kw) (1)	4 421	4 756	5 426
Títulos protestados (1)			
Número	139	154	292
Valor (Cr\$ 1 000)	293	484	1 124
Arrecadação do impôsto de renda (Cr\$ 1 000) (2)	29 354	37 327	45 028
Arrecadação da receita municipal ordinária (Cr\$ 1 000) (1)	3 032	3 312	4 322

⁽¹⁾ Médias mensais. — (2) Anual.

ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS — 1944/1946

ESPECIFICAÇÃO		ANOS			
		1944	1945	1946	
Consumo particular de energia elétrica como fôrça motriz (1 000 kw) (1)		769	7	60 770	
Valor das vendas mercantis (Cr\$ 1 000) (1)		151 778	182 5	245 537	
Construções civis licenciadas (Áreas em m2) (1)					
Número. Área coberta. Área de piso.	(2) (2) (2)	49 3 887 5 637	(3) (3) 4 0 (3) 4 9		
Número de passageiros transportados em tráfego urbano e suburbano (milhares) (1)					
Carris-urbanos Auto-ônibus		5 137 656	5 24 50	5 710 58 581	
Total		5 793	5 70	6 291	
Inscrições de hipotecas convencionais (Valores em Cr\$ 1 000) (1)					
Número. Valor.		93 6 055	10 8 00	111 14 10 062	
Transcrições de transmissões de imóveis por compra e venda (valores em Cr\$ 1 000) (1)					
Número. Valor.		360 12 547	39 14 41		
Movimento bancário (Cr\$ 1 000) (4)					
Empréstimos. Depósitos em conta de movimento. Depósitos limitados e populares. Depósitos a prazo.	(5) (5) (5) (5)	1 267 803 248 470 261 157 300 631	(6) 1 615 70 (6) 174 91 (6) 345 32 (6) 381 52	1 211 711 3 389 418	

⁽¹⁾ Médias mensais. — (2) Inclusive acréscimos e modificações. — (3) Construções acabadas. (4)— Efetivos no fim dos períodos indicados. — (5) Inclusive uma sub-agência em Alto Rio Doce. — (6) Exclusive a Casa Bancária Viúva Cândido Viana.

Pelos CONVÊNIOS NACIONAIS DE ESTATÍSTICA...

- O GOVÊRNO MUNICIPAL assegura às Agências Municipais de Estatística a prestação de informes necessários ao levantamento das, estatísticas locais; facilita tòdas as atividades da repartição municipal para o bom êxito de suas tarefas; garante a regular arrecadação da "quota de estatística" como contribuição do Município para a "Caixa Nacional de Estatística Municipal".
- O GOVÊRNO ESTADUAL assegura o cumprimento dos Convênios tanto por parte da Administração Estadual, como por parte dos Governos Municipais, seus co-signatários; garante o fornecimento às Agências Municipais de Estatística dos dados que dependerem dos órgãos da Administração Estadual; institui as facilidades para que os funcionários das Repartições Municipais e da Inspetoria Regional de Estatística desempenhem, da melhor maneira, as funções que lhe competirem e as incumbências especiais que receberem; assegura a melhor harmonização possível, entre as atividades do respectivo Departamento de Estatística e as da Inspetoria Regional.
- O GOVÊRNO FEDERAL assegura tôdas as facilidades nos transportes dos funcionários de estatística quando em serviço; facilita, por todos os meios, o transporte do material necessário às tarefas estatísticas; concede franquia postal e telegráfica para o Instituto e órgãos filiados; presta assistência moral às iniciativas do I.B.G.E.; auxilia materialmente as atividades do Instituto.
- O I. B. G. E.
- representando o Govêrno Federal na definição das cláusulas convencionais e funcionando como delegado dos Municípios na administração da rêde de Agências Municipais e, como órgão coordenador da estatística nas três órbitas administrativas – a federal, a estadual e a municipal, – executa o levantamento dos dados estatísticos concernentes a todos os setores de atividade pública; fornece ao Govêrno Municipal todos os elementos estatísticos de que necessite, incluídos, nesta obrigação, tanto os de ordem local como os de compreensão regional ou nacional; divulga os dados da estatística municipal; mantém um serviço público de informações sôbre os Municípios; mantém uma biblioteca especializada de divulgação estatística, bem como uma sala expositiva de elementos apropriados à divulgação estatística sôbre a vida dos Municípios; mantém um serviço de publicidade, em comunicados de imprensa, que divulga os dados estatísticos de interesse para as atividades sociais ou econômicas dos Municípios e revela as necessidades e as realizações da vida municipal; responde por todos os trabalhos e pesquizas que os órgãos incumbidos da defesa nacional requisitem; presta a assistência moral e a colaboração, que estejam a seu alcance, a todos os movimentos sociais, econômicos ou culturais, que visem servir aos interêsses coletivos ou ao progresso da comunidade municipal; promove ou auxilia as campanhas ou movimentos cívicos que se tornem necessários para cultivar os sentimentos patrióticos e estreitar os vínculos da unidade nacional; colabora em tôdas as iniciativas dos Poderes Públicos no sentido de melhorar e racionalizar a administração; organiza e mantém rigorosamente atualizados todos os informes considerados úteis às Fôrças Armadas; colige, critica e fornece as informações que solicitem os órgãos do Conselho de Segurança Nacional e os superiores órgãos militares; procede ao levantamento de inquéritos especiais, de caráter eventual ou permanente, que as Fôrças Armadas reputem úteis aos seus serviços técnicos e estatísticos.

A Estatística ...

Em geral

	18.	
		Meim precises un immércia e à industria para a desavolvimento de seus ungécias.
	2.	Elementor firese our tirou das virtualidades e possibilidades de tous região geográfica.
		Numeros fiés a respecto de qualquer fendment demográfico, se social, ou econômico, ou cultu- cul, ou administrativo.
DA	1	informações seguina activa da pratidade nativo- nal, arientando, artino a Administração Pública,
	-	Suggestion às attriductes completentes paut il esta- bellecircanyo de providéncias appressindivers e benéficas à coletivalade
	8	
		Fara a consulio on cleveção de impostor.
NÃO CONTRUBUI, PORQUE A PROPRIA LEI PROISE	4.	
		Para o conhectmento público de situaçõe; (legale, desdo que esses não aletem a segurança ou a estrutura da aseção.